



IMPORTÂNCIA DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COMO ESTRATÉGIA PARA POTENCIALIZAR A ECONOMIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE BREVES

Evelyn Lopes Freires¹

Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes²

Alana Paula de Araújo Aires³

Herbert Maracaípe Mendes⁴

Eixo Temático 6: Arranjos Produtivos e Desenvolvimento da Amazônia

RESUMO

O Brasil abriga uma rica biodiversidade com mais de 20% do total de espécies do planeta. A oferta de produtos da sociobiodiversidade ao mercado está diretamente relacionada à capacidade de implementação de suas respectivas cadeias de valor, no qual o desenvolvimento de cada elo da cadeia produtiva está sendo viabilizado pela estruturação de Arranjos Produtivos Locais – APL's. Os APL's são agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais: governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar a importância do APL como estratégia de potencializar a economia produtiva do açaí no município de Breves. A metodologia utilizada se pautou inicialmente em uma pesquisa exploratória, a partir do material bibliográfico e documental (consultas em livros, teses, dissertações e artigos científicos), objetivando-se possibilitar maior familiaridade com o problema e a área pesquisada, bem como fundamentar e compreender os conceitos relacionados ao tema central da pesquisa. Resultados da pesquisa apontam que o município de Breves representa um quadro de produção de açaí ainda muito incipiente se comparado com outras regiões da Mesorregião do Marajó, logo o APL se constitui como um instrumento fundamental para combater a desigualdade territorial, promovendo assim o desenvolvimento endógeno sob o ponto de vista de articulações entre os elos de sua cadeia.

Palavras-Chave: açaí; Arranjo Produtivo Local; Breves;

1 INTRODUÇÃO

O Brasil abriga uma rica biodiversidade com mais de 20% do total de espécies do planeta, tradicionalmente utilizada por, pelo menos, 231 povos indígenas e diversos povos e comunidades tradicionais¹, possuindo uma grande importância econômica quando transformada em bens e serviços destinados ao mercado, por meio da formação de cadeias de valor. Esses bens e serviços denominados de “produtos da sociobiodiversidade”², podem ser

¹Engenheira Ambiental. Mestranda em Gestão em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia no NUMA/UFPA. E-mail: evelyn.lopes16@gmail.com.

²Prof. Dr. Da Universidade Federal do Pará/ NUMA. E-mail: rmendes@ufpa.br.

³Economista. Mestranda em Gestão em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia no NUMA/UFPA. E-mail: alanah.aires@gmail.com.

⁴Graduando em Agronomia na UNIFESSPA. E-mail: herbert_maracaípe@hotmail.com



comercializados localmente e/ou ofertados ao mercado nacional e internacional, a exemplo da castanha-do-brasil, açaí, licuri, babaçu, pequi, copaíba, borracha extrativista, macaúba, piaçaba, mangaba e outros (CONTERATO et al., 2016).

A oferta de produtos da sociobiodiversidade ao mercado está diretamente relacionada à capacidade de implementação de suas respectivas cadeias de valor (agregação de valores não monetários ao produto ao longo de suas etapas de produção), por meio do desenvolvimento dos elos extrativismo, processamento, distribuição, comercialização e consumo. O desenvolvimento de cada elo de uma cadeia, assim como a coordenação entre esses elos e entre diferentes cadeias em um mesmo território estão sendo viabilizados pela estruturação de Arranjos Produtivos Locais – APL's (GIZ, 2012).

Os APL's são agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais: governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito. A configuração deste modelo se transforma conforme ocorre a formação e/ou o fortalecimento de redes de relações sociais, a partir da incorporação gradual de diversos atores, seja de instituições de apoio, de órgãos governamentais, de instituições financeiras ou, ainda, de empresas privadas (MMA, 2017).

Os empreendimentos que compõem os APL's da Sociobiodiversidade são organizações locais formadas por extrativistas que se organizam como grupos informais, associações e cooperativas. Historicamente, os extrativistas sempre comercializaram estes produtos de forma individual para os atravessadores (intermediários), sendo relativamente recente a sua organização social visando o acesso aos mercados diversificados, que estão se delineando por meio de iniciativas locais, integrando, num primeiro momento, organizações locais e instituições de apoio, principalmente organizações não governamentais – ONGs (OLIVEIRA; POTIGUAR, 2016).

A ação articulada dos APLs se direciona ao ordenamento territorial que concilie extrativismo e conservação ambiental, por meio da regularização fundiária de Unidades de Conservação de uso sustentável, Terras Indígenas, Territórios de comunidades quilombolas e assentamentos agroextrativistas (GIZ, 2012). As organizações locais consideram como principal indicador, de caráter qualitativo, a interdependência entre viver no território e viver do território. Por isso, defendem o extrativismo sustentável como uma importante atividade econômica que contribui para a conservação ambiental (OLIVEIRA; POTIGUAR, 2016).

Sob todo esse contexto, o APL surge como oportunidade de impulsionar o desenvolvimento regional, transformando isolados empreendimentos em verdadeiras locomotivas de alavancagem de desenvolvimento local, através de articulações com instituições, como, por exemplo, universidades, bancos, institutos tecnológicos, serviços de apoio à produção e gestão. Com o apoio os apicultores locais, organizados, podem conseguir treinamento para boas práticas de trabalho, equipamentos, financiamento e outras.

Desse modo, o presente estudo vem analisar a importância do APL como estratégia de potencializar a economia produtiva do açaí no município de Breves, cujo cenário de produção, que começou a organiza-se através de associações na tentativa de sistematizar o processo produtivo e beneficiar o pequeno produtor da região ribeirinha, ainda se mostra inexpressivo mediante ao potencial que a região marajoara possui. O que se percebe nesse contexto é que o ribeirinho assume novamente um papel de mero repassador do produto de forma primária e com poucas perspectivas de lucro.

2 METODOLOGIA

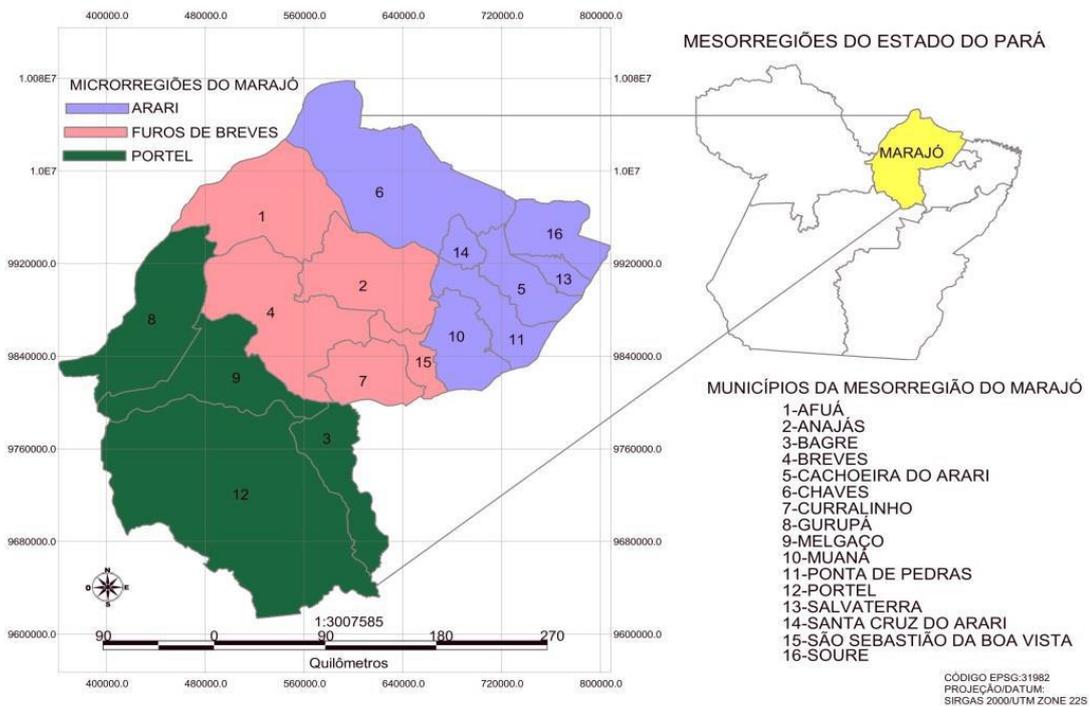
A metodologia utilizada se pautou inicialmente em uma pesquisa exploratória, a partir do material bibliográfico e documental (consultas em livros, teses, dissertações e artigos científicos), objetivando-se possibilitar maior familiaridade com o problema e a área pesquisada, bem como fundamentar e compreender os conceitos relacionados ao tema central da pesquisa. A ordem de classificação da metodologia objetivou gerar conhecimentos que pudessem nortear a percepção do desenvolvimento endógeno local, como premissa essencial para a promoção da pesquisa exploratória (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A escala espacial da pesquisa abrangeu o município de Breves, pertencente à mesorregião do Marajó, no Pará. A escolha desta área justifica-se em razão do açaí ter se tornado um dos principais produtos econômicos da região marajoara, representando assim um nicho ideal para a região crescer economicamente de forma sustentável e ecologicamente correta.

2.1 Caracterização da Área de Estudo

A área de abrangência da pesquisa compreende o município de Breves (com uma área territorial de 9.550,513 km²), pertencente à mesorregião do Marajó e microrregião Furos de Breves, no Estado do Pará (Figura 1). Geograficamente, o Marajó é constituída de três Microrregiões (MR): Arari, Portel e Furos de Breves, sendo que as duas primeiras MR abrangem municípios inseridos completamente no Arquipélago do Marajó, enquanto que a MR de Breves compreende os municípios (Afuá, Anajás, Breves, Currealinho e São Sebastião da Boa Vista) com sedes em territórios continentais (CALVIS et al., 2016; IBGE, 2010).

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios Arquipélago do Marajó, estado do Pará.



Fonte: (CRISPIM et al., 2016).

Localizada no extremo norte do Estado do Pará, que engloba a foz do rio Amazonas, o Marajó apresenta como limites: ao norte o Estado do Amapá e o Oceano Atlântico; ao sul o rio Pará;

a leste a Baía do Marajó; e a oeste o estado do Amapá. Com uma área total de 59.308,40 km², corresponde cerca de 4,7 % do Estado. A relevância ecológica da Ilha do Marajó, atualmente, não é contemplada com planos de gestão ambiental e hídrica que minimizem as intervenções sofridas, representando um grande desafio à sua sociobiodiversidade (LIMA et al., 2004).

A Mesorregião do Marajó é uma região singular, localizada no estuário dos rios Amazonas e Tocantins, por onde passa 1/4 da água doce dos rios da Terra, constituindo-se no maior arquipélago fluviomarinho do planeta, englobando os seguintes municípios: Portel, Pacajá, Bagre, Novo Repartimento, Anapú, Breves, Chaves, Afuá, Anajás, Curalinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Soure, Cachoeira do Ararí, Santa Cruz do Ararí e Ponta de Pedras.

3. RESULTADOS/DISCUSSÕES

A maior parte dos municípios do estado do Pará apresentam baixíssimas condições de sustentabilidade, destacando os municípios localizados na mesorregião do Marajó com os piores níveis regionais do estado, não estando convergente com um desenvolvimento sustentável. Condição essa resultante do pequeno dinamismo da economia e de situações sociais precárias, constituindo-a, assim, como a mais vulnerável do estado. A região do Marajó tem permanecido praticamente na retaguarda das políticas públicas estaduais de desenvolvimento econômico, social e ambiental (AMIM et al., 2015).

O município de Breves se caracteriza por ser uma importante cidade no arquipélago marajoara que teve a sua economia voltada, principalmente, para a exploração da madeira. Contudo, nas últimas décadas, essa região passou por diversas mudanças que se intensificaram devido às várias alterações na economia do Município, que passou pelo auge da comercialização de arroz, palmito, borracha e mais recentemente da madeira.

Hoje, a principal base da economia brevesense está fundamentada no extrativismo vegetal, destacando-se o açaí, palmito, carvão e, ainda de forma simplista, a madeira. Na agricultura, destacam-se arroz, milho, mandioca, laranja, banana e o limão e na pecuária, destacam-se a criação de búfalo e suínos pequenos animais (galinha e pato). Agregue-se a essa importância econômica o fato de que o açaí é um dos principais elementos da alimentação da população, que vai além das refeições principais (SILVA, 2011).

3.1 Dados Demográficos E Econômicos Da Região Do Marajó

A região do Marajó tem sido destaque nacional por ser uma das regiões do país que apresenta grande parte de seus municípios em um nível de pobreza muito alto. A sua localização contribui para a ausência de políticas públicas estaduais de desenvolvimento econômico, social e ambiental (AMIN et al., 2015). De acordo com a Tabela 1, a mesorregião do Marajó possuía, em 2017, uma população de 548.634 habitantes, sendo que os municípios de Breves e Portel se destacaram como os mais populosos, possuindo uma densidade demográfica de 10,45 e 2,38 habitantes/km², respectivamente (IBGE, 2017).

Tabela 1 - População, Área Territorial (km²) e Densidade Demográfica.

Estado/Municípios	População Estimada Total	Área Territorial (km ²)	Densidade Demográfica
Pará	8.366.628	1.247.955,38	6,70
RI Marajó	548.634	104.139,93	5,27
Afuá	38.144	8.372,80	4,56
Anajás	28.466	6.913,07	4,12
Bagre	29.808	4.397,32	6,78
Breves	99.896	9.563,01	10,45
Cachoeira do Arari	23.110	3.100,26	7,45
Chaves	23.066	13.084,76	1,76
Curralinho	33.490	3.617,25	9,26
Gurupá	32.458	8.540,06	3,80
Melgaço	26.897	6.774,07	3,97
Muaná	39.231	3.763,34	10,42
Ponta de Pedras	30.219	3.363,75	8,98
Portel	60.322	25.384,96	2,38
Salvaterra	23.096	1.039,07	22,23
Santa Cruz do Arari	9.845	1.076,65	9,14
São Sebastião da Boa Vista	25.904	1.632,25	15,87
Soure	24.682	3.517,32	7,02

Fonte: (IBGE, 2017).

Em termos econômicos, os municípios do Marajó apresentam baixo dinamismo, pois em que pese à existência de grande riqueza natural, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) de 2015, não indicaram nem 3% dessa região no total estimado para o Estado (Tabela 2).

Tabela 2 - Produto Interno Bruto Total (R\$ 1.000), Ranking Estadual, Regional e Participação em Relação ao Estado e a Região de Integração.

Estado/Municípios	PIB (R\$ 1.000)	Ranking Estadual	Ranking Regional	Participação no Pará (%)	Participação na Região (%)
Pará	130.883.426	-	-	100,00	-
Araguaia	7.910.982	6	-	6,04	100,00
Baixo Amazonas	9.888.810	4	-	7,56	100,00
Carajás	23.717.344	2	-	18,12	100,00
Guajará	38.451.820	1	-	29,38	100,00
Guamá	6.940.861	7	-	5,30	100,00
Lago de Tucuruí	6.879.313	8	-	5,26	100,00
Marajó	3.853.260	11	-	2,94	100,00

Rio Caeté	4.050.155	10	-	3,09	100,00
Rio Capim	8.180.624	5	-	6,25	100,00
Tapajós	2.856.227	12	-	2,18	100,00
Tocantins	11.601.735	3	-	8,86	100,00
Xingu	6.552.296	9	-	5,01	100,00

Fonte: (IBGE, 2015).

3.2 Dados Econômicos Do Município De Breves

O município de Breves apresentou o PIB de R\$ 653.951, destacando como o primeiro entre as regiões do Marajó, conforme Tabela 3. Esta região é a mais importante do Marajó, que coincidentemente, polariza os municípios da Região marajoara social ambientalmente mais vulnerável, que são: anajás; Bagre; Curralinho; Melgaço e Portel (AMIN et al., 2015).

Tabela 3 - Produto Interno Bruto Total, Valor Adicionado e Impostos (R\$ 1.000).

Estado/Municípios	Produto Interno Bruto (PIB)	Valor Adicionado Bruto	Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre Produtos
Pará	130.883.426	118.296.405	12.587.021
RI Marajó	3.853.260	3.733.227	120.033
Afuá	326.352	316.590	9.762
Anajás	177.632	169.206	8.426
Bagre	147.697	145.016	2.681
Breves	653.951	618.715	35.236
Cachoeira do Arari	159.383	156.765	2.618
Chaves	168.285	164.676	3.609
Curralinho	476.127	468.746	7.381
Gurupá	192.168	186.622	5.546
Melgaço	140.150	136.994	3.157
Muaná	232.120	227.494	4.626
Ponta de Pedras	188.368	182.965	5.403
Portel	448.683	433.533	15.150
Salvaterra	144.198	138.740	5.457
Santa Cruz do Arari	61.438	60.355	1.083
São Sebastião da Boa Vista	170.309	166.094	4.215
Soure	166.399	160.717	5.682

Fonte: (IBGE, 2015).

3.3 Cadeia Produtiva X Arranjo Produtivo Local

A Cadeia Produtiva (CP) reúne um conjunto de etapas sucessivas que transformam insumos em produtos, em ciclos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. Ou seja, a CP é um conjunto de atividades econômicas, técnicas, comerciais e logísticas, que resultam em um produto ou serviço final, no qual compreende as operações de produção e comercialização necessárias à transformação de insumos em produtos ou serviços finais, envolvendo, portanto desde a etapa de a matéria-prima até o consumidor final (ARAÚJO, 2010).

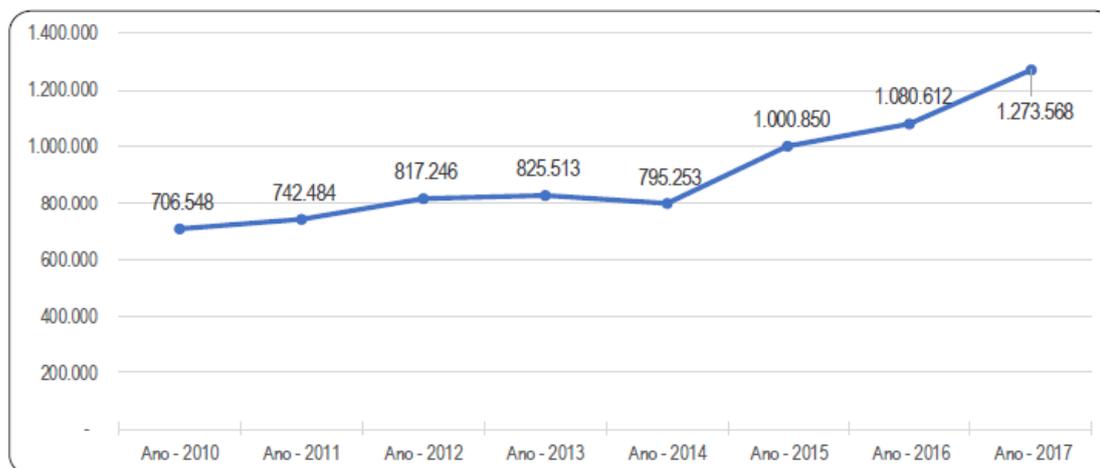
Por outro lado, o autor acima destaca que os APL'S originam-se de acordo com a construção de identidades e formações de vínculos territoriais, locais e regionais, construídos a partir de um apoio social, cultural, político e econômico comum. A constituição de APL's possibilita a implementação de políticas de desenvolvimento. Por meio da interação dos diferentes agentes locais que visam à obtenção, à geração e à transmissão do conhecimento. Isso permite a capacitação que possibilita desenvolver padrões produtivos mais avançados aumentando a competitividade.

Assim, uma estratégia importante para promover o desenvolvimento de um território é potencializar as fronteiras mercadológicas sob a ótica dos APL's, partindo das Cadeias produtivas existentes, como forma de assegurar o potencial endógeno local a partir da cooperação dos atores locais que venham construir estruturas de inovação, tecnologia, informação e gestão, permitindo assim uma transformação contínua na economia de localidades fragilizadas (FILIPPI et al., 2007).

3.4 Mapeamento Da Produção Do Açaí No Pará

O Estado do Pará é o maior produtor nacional de açaí, com um volume anual de 1.273.000 toneladas de frutos e uma área plantada superior a 219 mil hectares. Com exceção do ano de 2014 onde houve um pequeno decréscimo na produção motivado por problemas climáticos. A série histórica do período 2010 – 2017 mostra uma produção crescente em função de açazais nativos em áreas de várzeas que estão sendo manejados e o plantio de açaí irrigado em terra firme que permite a produção de frutos na entressafra, conforme Figura 2 (IBGE, 2017).

Figura 2 - Série histórica da Quantidade produzida(t) no Estado do Pará, no intervalo de 2010 a 2017.



Fonte: (IBGE, 2017).

3.5 Aspectos Da Produtividade Do Açaí Em Breves

A produção do açaí no município de Breves, apesar de apresentar um forte potencial econômico, ainda é muito insipiente, pois os investimentos em verticalizar a produção não são realizados na região. A venda do produto in natura para as outras regiões ainda é a principal forma de comercialização do produto.

A logística para a venda do produto em grande escala depende das embarcações que fazem a rota entre as mesorregiões, o preços do frete, e a atuação dos atravessadores, tornando-se fatores de encarecimento do produto, o que recai sobre o consumidor. No mercado interno, a preocupação com a logística é mínima, pois as pequenas embarcações dos próprios ribeirinhos garantem o abastecimento da região.

Outro fator de limitação da extração do açaí na região é a falta de investimentos em pesquisa, pois apesar da EMBRAPA apresentar estudos de suporte técnico, poucos são os municípios da região que introduzem essas técnicas de melhoria dos produtos como alternativas para aumentar sua produtividade e qualidade do produto extraído.

A falta de infraestrutura no município é outro ponto negativo para o crescimento econômico da região a partir da exploração do açaí. Geralmente, utilizam mão-de-obra artesanal e utilizam máquinas de extração do fruto de pequeno porte, inviabilizando assim a produção em larga escala da extração da polpa. Como a plantação dos açaizais ainda se encontra em áreas de várzea e o manejo dos açaizais para solos de terra firme ainda são muito restritos aos grandes produtores, verifica-se que o acesso as grandes plantações ainda é um fator que dificulta o fortalecimento da econômica local, pois os custos com combustível, fretes de embarcações influenciam diretamente no preço final do produto.

Considerando a **Quantidade Produzida – QP** (em tonelada) como **Valor Bruto da Produção - VBP** de açaí e o **Valor da Produção – VP** (em R\$ 1.000) como o **Valor Bruto Total da Produção Agrícola – VBPTotal** (Tabela 4), foi possível analisar o município que se destacou na produção de açaí, dentre as regiões pertencentes à Mesorregião do Marajó, nos intervalos de 2003-2006, 2006-2009, 2009-2012, 2012-2016. É importante salientar que os valores referentes aos anos de 2000, 2001, 2002, 2013 e 2014, não foram disponíveis pela Secretaria de Estudo de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca - SEDAP, do Estado do Pará (SEDAP/PA, 2017).

Tabela 4 – Dados referentes à QP (em tonelada) de açaí e o VP (em R\$ 1.000), nos entre 2003 a 2016.

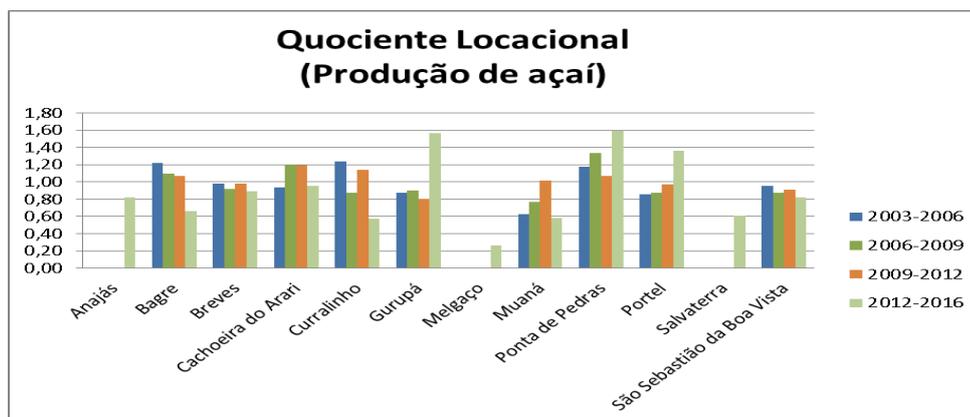
ANO	2003-2006		2006-2009		2009-2012		2012-2016	
	VBP	VBPT	VBP	VBPT	VBP	VBPT	VBP	VBPT
MICRORREGIÕES								
Anajás	0	0	0	0	0	0	1250	1875
Bagre	1320	696	1680	1344	2040	2172	3580	6621
Breves	12000	7900	6000	5700	6300	7350	10685	14668
Cachoeira do Arari	4074	2804,2	6160	4496,8	10620	10136,4	17100	22039
Currálinho	22400	11690	12000	12000	6000	6000	5900	12643
Gurupá	8026	5933,32	11813	11475,52	14840	21093,26	12880	10140,8
Melgaço	0	0	0	0	0	0	2000	9200
Muaná	3768	3882,96	7596	8649	19140	21416,64	46820	98985,64
Ponta de Pedras	23435	12830	42342	27693,6	71901	76796,925	73870	57100,13

Portel	14400	10800	19200	19200	20400	23880	99500	89685
Salvaterra	0	0	0	0	0	0	722	1468
São Sebastião da Boa Vista	35400	23880	22500	22500	32820	40946,4	47940	71803,4

Fonte: (SEDAP/PA, 2017).

Diante destes dados fornecidos, foi possível identificar o Quociente Locacional (nível de especialização) dentre os Municípios pertencentes a mesorregião do Marajó, que tiveram alguma produção no que diz respeito a cultura do açaí, de acordo com a Figura 3.

Figura 3 - Nível de especialização dos municípios que pertencem a mesorregião do Marajó, quanto a produção de açaí, entre o intervalo de 2003 a 2016.



Fonte: Autora.

A partir destas informações, verificou-se que no intervalo de 2003-2006, o município de Curralinho apresentou o maior Quociente Locacional (>1), representando uma grande relevância na economia local se comparado com a economia do Estado do Pará, nesse intervalo de tempo. Enquanto que no período de 2006 a 2009, a região de Pontas de Pedras indicou um QL maior que 1 (>1), indicando um nível de especialização expressivo quanto a produção de açaí. Já entre os anos de 2009-2012, o município de Cachoeira do Arari apontou o QL maior que 1 (>1). E por fim, entre os anos de 2012 a 2016, Ponta de Pedras apresentou uma maior relevância na produção do açaí.

Diante destes resultados, foi possível verificar que o município de Breves revelou-se como a região não especializada na cultura do açaí, não representando um destaque relevante mediante aos períodos analisados. Portanto, a produção de açaí é muito incipiente se comparado com outras regiões da Mesorregião do Marajó, ainda que se destaque com o maior PIB entre o cenário marajoara. Nesse sentido, é de suma importância que Breves, município este que polariza as regiões de anajás, Bagre, Curralinho, Melgaço e Portel, reestruturem de forma sistêmica a cadeia produtiva do açaí, criando estratégias voltadas para a pesquisa e desenvolvimento, como caminho para o fortalecimento do Arranjo Produtivo Local.

De acordo com Oliveira e Potiguar (2016), foram identificadas as dificuldades e oportunidades mais pertinentes na Cadeia Produtiva do açaí no Marajó, conforme Tabela 5. Diante disso, considerando esse panorama, verificou-se que de um modo geral, as propostas idealizadas não condizem com a realidade ribeirinha da região de Breves, onde as relações formais de comercialização ainda são frágeis e excludentes, de modo que o produtor extrativista não se sente como o sujeito principal mediante as etapas da cadeia.

Tabela 5 - Dificuldades e oportunidades pontuadas na cadeia Produtiva do açaí no Marajó.

DIFICULDADES	OPORTUNIDADES
Falta de cooperativas de extrativistas;	Tornar as cooperativas extrativistas fortalecidas e certificadas;
Falta de capital social nas comunidades;	Aumentar o rendimento e qualidade da produção;
Informalidade;	Geração de emprego e renda para a população;
Falta de padronização no manuseio e no acondicionamento do fruto;	Melhorar a economia local;
Falta de higiene nos transportes (Barcos);	Apresentar planos de manejos aprovados;
Acesso à certificação.	Fortalecer o APL.

Fonte: (OLIVEIRA; POTIGUAR, 2016). Adaptado.

É de suma importância que as estratégias voltadas para fortalecer a cadeia produtiva do açaí defendem inicialmente, as boas práticas de manejo como ponto de partida para assegurar a manutenção dos estoques de açaizais e por consequência, produção de frutos. Além disso, os beneficiários devem também ser empoderados com informações mais detalhadas sobre todo o processo produtivo, identificando os diferentes papéis que os extrativistas exercem.

No entanto, apesar da exploração do açaí possuir várias limitações destacadas acima, o produto representa um potencial expressivo no que tange a possibilidade de desenvolvimento econômico, social e sustentável da região Brevense, como a valorização da cultura local; verticalização da produção de produtos alternativos e artesanais; aumento do IDH médio local; aquecimento do mercado local, etc.

Ou seja, no mercado que cresce bastante a exigência de produtos “verdes” pela população, onde a forma de exploração extrativista é condição para o consumo e sobrevivência, essas ações seriam essenciais para garantir uma maior produtividade e benefício ao pequeno produtor, fortalecendo consideravelmente o APL do açaí, e conseqüentemente dinamizando o aspecto econômico, social, ambiental, espacial e cultural da região.

Portanto, é imprescindível uma mudança de concepção sobre a realidade local, buscando a experimentação de alternativas de produção apropriada com as condições naturais da região e respeitando a capacidade de suporte do meio natural. Nesse sentido, promover ações constantes de inter-relação entre a Gestão Estadual e Municipal, como a criação de instâncias (Conselhos, Câmara Técnicas, Fóruns, entre outros) que atendam às necessidades de discussão ampla e representativa entre os produtores de açaí, através da realização de diversos serviços como consultoria, treinamento, cursos, assistência técnica e outros, considerando a realidade local, será de fundamental importância para o fortalecimento do APL do açaí, em prol do desenvolvimento participativo local e da construção territorial sustentável do município de Breves.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia apresenta uma biodiversidade em recursos florestais onde o açaizeiro se destaca pela importância alimentar e econômica para as populações ribeirinhas e urbanas, sobretudo as que vivem no arquipélago do Marajó, que estão à margem das políticas sociais, econômicas e ambientais, essenciais ao desenvolvimento endógeno. Assim, o município de Breves apesar de apresentar um excelente potencial à exploração do recurso açaí, a região apresenta um enorme desafio quanto à problemática da vulnerabilidade social e econômica, diante da



fragilidade e ausência de serviços públicos como, por exemplo, os de saneamento, que compromete significativamente a qualidade do açaí.

Ademais, a falta de um manejo racional e sustentável do açaí em Breves refletido da falta de cooperativas de extrativistas, da ausência de capital social nas comunidades e de incentivos às pesquisas, da falta de padronização no manuseio e no armazenamento do fruto, da ausência de certificação aos pequenos extrativistas, entre outros fatores, afeta consideravelmente a dinâmica e a estrutura familiar dos ribeirinhos, uma vez que se constitui como o produto de grande relevância socioambiental e econômica para o município.

O APL é considerado uma ferramenta de gestão logística de grande potência, muito eficiente para dinamizar, economicamente, um determinado local, conferindo a oportunidade de empresas, instituições e produtores de bens e serviços reorganizar e coagirem em seus objetivos e esforços em prol daquela localidade e do bem-estar financeiro de todos os envolvidos.

Portanto, modificar o cenário de fragilidade econômica e social do município de Breves é consolidar a estrutura de governança, tendo como pressuposto o alinhamento e a convergência de atuação entre os atores sociais, identificando oportunidades relativas à comercialização do açaí (compradores, novos mercados, programas de governo, verticalização da cadeia e agregação de valor aos produtos); Promover a expansão da atividade produtiva para outros municípios ou localidades; fomentar a organização produtiva; auxiliar no processo de fortalecimento da organização social; incentivar a aquisição de insumos e a venda da produção em conjunto; buscar soluções, por meio de parcerias, para a assistência técnica; identificar demandas de crédito não atendidas; e articular e promover a integração entre os Planos.

Direcionar essas novas possibilidades de desenvolvimento para a adoção de uma APL com bases sólidas e sustentáveis na exploração e comercialização do açaí no município de Breves, revela-se como um instrumento de fundamental importância para combater as desigualdades territoriais e potencializar alternativas para que a economia local fortaleça-se sob o ponto de vista entre os elos de sua cadeia, apresentando sua viabilidade e diversidade econômica, além de contribuir para a melhoria das condições de vida dos ribeirinhos, tornando-os como protagonistas de um processo de mudanças endógenas, a partir da construção de novas formas de pensar, sentir e agir no ambiente em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

AMIM, M. M.; NUNES, S. F.; SILVA, F. C. da. **Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia**. 458p. Belém: NAEA, 2015.

ARAÚJO, P. H. F. de.. **Uma Resenha sobre Complexos Agroindustriais, Cadeias Agroindustriais e Organização em Rede In: XLVIII SOBER – Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Anais. Mato Grosso do Sul, 2010. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/13/330.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Arranjos produtivos locais: APLs de produtos da sociobiodiversidade**. Brasília, DF. MMA, 2017. Disponível em: < [file:///C:/Users/ifpa/Desktop/publicacao_apl_final_baixa%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ifpa/Desktop/publicacao_apl_final_baixa%20(2).pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2018.



CALVIS, M. F.; CARVALHO, J. P. L.; CRUZ, B. E. V. da.; GOMES, D. L.; NASCIMENTO, E. C. do.; REIS, C. dos.. **A influência do Programa Bolsa Família nas práticas alimentares das famílias do Território do Marajó, Pará, Brasil.** Revista Scientia Plena, v.12, n.6, p. 1-11, 2016. Disponível em:

<<https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/3110/1492>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CONTERATO, M. A.; MARQUES, F. C.; SCHNEIDER, S.. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942017000300012>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CRISPIM, D. L.; FERNANDES, L. L.; RODRIGUES, R. S. S.; SILVEIRA, R. N. P. de O.; VIEIRA, A. S. de A.. **Espacialização da cobertura do serviço de saneamento básico e do índice de desenvolvimento humano dos municípios do Marajó, Pará.** Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Pombal – PB, v.11, nº 4, p. 112-122, 2016. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2016/2238-1481126523.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

FILIPPI, E. E.; RAMBO, A. G.; RUCKERT, A. A.. **Cenários contemporâneos de desenvolvimento territorial: aplicabilidade de políticas públicas em contextos locais organizados.** In: XLV SOBER - Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais. Paraná. 2007. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/rambo-a-g-filippi-e-e-ruckert-aldomar-cenarios-contemporaneos-de-desenvolvimento-territorial-aplicabilidade-de-politicas-publicas-em-contextos-locais-organizados-in-xlv-congresso-da-sober-2007-londrina-pr-anais-do-xlv-congresso-da-sober-conhecimentos-para>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

GIZ. **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais da Castanha do Brasil e Borracha-FDL no Acre / organização** Débora Almeida, Fernanda Basso Alves, Liliana Pires. Brasília: GIZ, Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil, 2012. Disponível em: <

<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/Abril/26-Governanca%20Sociobiodiversidade.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.phpphp?lang=&codmun=150450&idtema=16&search=para|melgaco|sintasedasinformacoes>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2018/tabelas/06guama/tabela_36_produto_interno_bruto_total_valor_adicionado_e_impostos_rs_1.000_2015_ri_guama.html>. Acesso em: 09 jun. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2018/tabelas/01para/tabela_40_produto_interno_bruto_total_rs_1.000_ranking_estadual_regional_e_participacao_em_relacao_ao_estado_e_a_regiao_de_integ_2015_para.html>. Acesso em: 09 jun. 2018.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/Abril/26-Governanca%20Sociobiodiversidade.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA**. 2017. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/sites/default/files/arquivos_dados_agropecuarios/ok%20-%20PRODU%C3%87%C3%83O%20AGR%C3%8DCOLA%20MUNICIPAL%20-%20PERM%20-%20A%C3%87A%C3%8D%20-%202017.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LIMA, A. A. M.; OLIVEIRA, L. L.; FONTINHAS, R. L.; LIMA, R. J. S.. **Ilha do Marajó: revisão histórica, hidroclimatologia, bacias hidrográficas e propostas de gestão**. Relatório Técnico. Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente – Núcleo de Hidrometeorologia (SECTAM/NHM), Belém, 2004. Disponível em: <<https://www.ceanesp.org.br/holos/article/viewFile/331/290>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

PARÁ. **Secretaria de Estudo de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca**. Disponível em: <<http://www.sedap.pa.gov.br/content/a%C3%A7a%C3%AD>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SILVA; J. R. da. **Agricultura Familiar e Arranjos Produtivos Locais no Semiárido Alagoano**: Possibilidades e limites para a extensão rural na perspectiva do desenvolvimento local. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. 115 p. Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/6087/2/Jose%20Ribeiro%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

POTIGUAR, M; OLIVEIRA, H. J. S. de. **Planejamento estratégico para o fortalecimento do arranjo produtivo local da cadeia de valor do açaí do Marajó**. Belém: Instituto Peabiru, 2016. Disponível em: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/06/160505_livreto_pnud.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.